



Dois poemas brasileiros em tempos de estado de exceção

José Henrique de Paula Borralho*

Abstracts

The Author, starts with two poems, *Kakfa I* written by Roberto Correa dos Santos and *The witness* by Alberto Pucheu Neto, analyzes the Brazilian political situation. He discusses, referring to Giorgio Agamben's thought, about the creation of the state of exception as a precondition for the impeachment of President Dilma Rousseff and the persecution of his supporters. It highlights how poetry can become a denunciation of absurdity, loss of freedom and the institutionalization of violence as a norm.

Keywords: state of exception, poetry, violence, repression

El Autor, comenzando con dos poemas, *Kakfa I* de Roberto Correa dos Santos y *El testigo* de Alberto Pucheu Neto, analiza la situación política brasileña. La discusión se refiere al pensamiento de Giorgio Agamben sobre la creación del estado de excepción como una condición previa para la destitución de la presidenta Dilma Rousseff y la persecución de sus seguidores. También resalta cómo la poesía puede convertirse en una denuncia del absurdo, la pérdida de la libertad y la institucionalización de la violencia como norma.

Palabras clave: estado de excepción, poesía, violencia, represión

L'Autore, partendo da due poesie, *Kakfa I* di Roberto Correa dos Santos e *Il testimone* di Alberto Pucheu Neto, analizza la situazione politica brasiliana. Discute, facendo riferimento al pensiero di Giorgio Agamben, sulla creazione dello stato di eccezione quale pre-condizione per giungere all'*impeachment* della presidente Dilma Rousseff e alla persecuzione dei suoi sostenitori. Evidenzia come la poesia possa divenire denuncia dell'assurdo, della perdita della libertà e dell'istituzionalizzazione della violenza come norma.

Parole chiave: stato di eccezione, poesia, violenza, repressione

Apresentação

Giorgio Agamben, filósofo italiano, na obra *O estado de exceção* (2004), discorre sobre as situações de instabilidades sociais conhecidas

* Universidade estadual do Maranhão (Uema), Brasil; e-mail: jh_depaula@yahoo.com.br.



como Estado de sítio, guerra civil e revoltas – insurreições como ataraxias, anomalias que justificariam, pelo critério da necessidade –, conceito e aporte justificador do estado de exceção, enquanto possibilidade de execução da suspensão dos aparatos reguladores do Estado democrático para a legitimação de tal condição, a saber, o supracitado estado de exceção¹. Neste aspecto, o estado de exceção, pela necessidade, torna-se um instrumento legal em que a condição política translada exatamente de uma situação política para uma jurídica. No entanto, pergunta o filósofo: Como regular ou nomear enquanto legal, jurídico uma situação que, per si, é anômala? A resposta está no fato de que, ao contrário do que se possa imaginar, o estado de exceção é uma prática intermediária existente entre a condição absolutista e a democrática, ou seja, as democracias sustentam-se por uma conjunção de dispositivos excessivos, todo regulados pelo Estado de direito.

Segundo o filósofo

a distinção schmittiana entre ditadura “comissária” e ditadura soberana apresenta-se aqui como oposição entre ditadura constitucional, que se propõe a salvaguardar a ordem constitucional, e a ditadura inconstitucional, que leva à derrubada da ordem constitucional. A impossibilidade de definir e neutralizar as forças que determinam a transição da primeira à segunda forma de ditadura (exatamente o que ocorreria na Alemanha, por exemplo) é a aporia fundamental do livro de Friedrich, assim como, em geral, de toda a teoria da ditadura constitucional. Ela permanece prisioneira do círculo vicioso segundo o qual as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática, são aquelas que levam à sua ruína (Agamben, 2004: 20).

A questão do estado de exceção na contemporaneidade, a princípio, pode ser entendida como mero solipsismo, retórica, heurística, jogo semântico, variações da linguagem, mas não é. Mais do que nunca em um mundo eivado de jogos simbólicos e reais antipoéticos, da cruza do capital, da dureza da exclusão e da indiferença, do hiperindividualismo, do fascismo de mercado e político, da intolerância religiosa, do fundamentalismo e suas variações, a fragilidade do Estado democrático de direito aflora, a bem da verdade, suas contradições.

¹ Parte deste artigo é resultante de um capítulo de livro intitulado *O (in) atual em literatura*, publicado em Silva Joseane Maia Santos & Silvana Maria Pantoja Dos Santos, *Literatura em diálogo. Memória, cultura e subjetividade*, Editora da universidade estadual do Maranhão/Uema, São Luís, 2016, pp.203-238. Esta versão contém a primeira parte totalmente distinta da publicada na coletânea.



Este pode ser, por exemplo, o caso do Brasil no *impeachment*² (para muitos, golpe de Estado parlamentar) contra a então presidente da República Dilma Rousseff³, primeira mulher eleita para o cargo no País. Sob a alegação de pedaladas fiscais⁴, cujo sucessor Michel Temer (até então vice-presidente) praticou logo após a deposição da presidente, autorizadas pelo congresso, em que, mesmo com o conjunto de pareceres jurídicos alegando a ilegalidade do processo, não foi possível a reversão e a votação massacrante no Congresso nacional legalizando um ato que, embora democrático – o *impeachment* é constitucional – foi arbitrário e excessivo. No entanto, as premissas para o *impeachment* foram estabelecidas muito antes.

1. Os precedentes do impeachment da presidente Dilma Rousseff, manifestações, repressão policial

Em junho de 2013 eclodiram por todo o Brasil uma série de manifestações durante a realização da copa das confederações⁵ causando perplexidade no mundo inteiro.

Os desdobramentos do que aconteceu nos meses de junho e julho de 2013 no Brasil culminaram no desgaste da então presidente e no processo de formação de um consenso pela sua deposição. As passeatas foram um prelúdio da exposição do sistema democrático brasileiro falido, na ausência de reforma política e na exaustão do modelo de gestão governamental, no suposto esgotamento do comando de um

² Aprovado pelo Senado federal no dia 31 de agosto de 2016 por 61 votos a favor e 20 contrários.

³ Primeira presidente eleita do Brasil, filiada ao Partido dos trabalhadores (Pt), ex-ministra da Casa civil do governo Luís Inácio Lula da Silva. Assumiu tal cargo após as denúncias dos escândalos do Mensalão (prática corruptiva de compra de votos de deputados federais para votarem projetos de leis a favor do governo) que derrubou o então ministro da Casa civil, José Dirceu. Ex guerrilheira, lutou contra a ditadura militar no Brasil, instalada em 1 de abril de 1964.

⁴ Pedalada fiscal é um termo que se refere a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhorias nos gastos públicos.

⁵ Evento teste que antecede a copa do mundo de futebol. É um dos torneios oficiais da Fédération internationale de football association (Fifa).



partido de esquerda, Partido dos trabalhadores, o Pt, e/ou de bandeiras defendidas por partidos desta concepção ideológica, tais como os cognominados partidos de ultraesquerda ou esquerda mais radical⁶ objetivando as eleições de 2014, majoritárias⁷.

As elites⁸, cujos substratos comandam a mídia corporativa, o legislativo nacional, através dos representantes das principais empresas nacionais e multinacionais, banqueiros, agrobusiness, *lobbies* de armas, cigarros e bebidas, além de setores religiosos, conotam a faceta mais elitista da sociedade brasileira com suas estratégias de controle social e repressão, dos aparatos burocráticos do Estado, dos aparelhos ideológicos com eficácia de contenção das imensas contradições sociais.

O exemplo mais eficaz de combate às transformações sociais foi o golpe militar de 1964: uma aliança entre a elite política, as forças armadas, o capital estrangeiro e nacional especulativo. Exatamente quando os índices sociais melhoraram, a estabilidade econômica se fixou, realizou-se dois grandes eventos internacionais: copa das confederações (2013), copa do mundo (2014), eclodiram País afora uma onda, uma “Primavera brasileira”⁹ (Borrvalho, 2013) contra o aumento das passagens de ônibus, contra os gastos da copa do mundo, sucateamento da saúde, desvio de verbas, corrupção. E o estopim foi exatamente a violência e a truculência da polícia militar de São Paulo

⁶ Por esquerda mais radical entende-se os filiados à concepção marxista, tais como o Pstu (Partido socialista dos trabalhadores unificados), Psol (Partido socialista), Pco (Partido da causa operária) e setores sociais que apoiam a reforma agrária, tais como o Movimento dos sem-terra, Mst.

⁷ Em 2014 realizaram-se dois grupos de eleições majoritárias: presidência da república e governos estaduais: Dilma Rousseff foi reeleita.

⁸ Quando tomo a aceção de elite política ou classe política não é nos termos propostos por Mosca ou Pareto que, segundo Gramsci (1985: 4), «não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de classe política de Mosca deve se avizinhar ao conceito de elite de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social». Tanto Pareto quanto Mosca se apropriam de uma ideia de “solidariedade mecânica e orgânica” das classes sociais eliminando o conflito. Neste aspecto, a elite seria a representação organizada de um grupo político ocupando uma função de organização do espaço social dessa mesma elite em uma sociedade sem confronto.

⁹ Título por mim atribuído às jornadas de junho e julho no Brasil sobre as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, inicialmente em São Paulo, e que ganharam as ruas de várias cidades brasileiras com vários desdobramentos, sobretudo de cunho reformista da política nacional.



que feriu manifestantes durante o primeiro protesto contra o aumento das passagens¹⁰.

O início e/ou a forma de atuação dos manifestantes surgiram na ocasião dos protestos contra a gestão de Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo¹¹, do Pt, pelo aumento das passagens de ônibus, mesmo com o aumento na época do ex prefeito Kassab¹², chegando a R\$ 3,00.

As manifestações espalharam-se pelo País bradando palavras como: «nenhum partido me representa», «a saúde é mais importante que o Neymar»¹³, dentre outras¹⁴.

A internet ocupou um papel importante nesse processo, tal como na Primavera árabe. No mundo árabe foi usada para reverberar mundo afora a ditadura de seus governos, no Brasil, para divulgação de toda ordem de corrupção, desvio de verbas, gastos desnecessários do dinheiro público, nepotismo, dentre outras coisas.

Qual a razão e quem orquestrou tudo isso? Milhares de pessoas via Facebook, ferramenta de circulação de ideias e notícias sem controle de seu conteúdo por parte de governos, a não ser a censura de vinculação pornográfica. O capital criou moneios de entretenimento, mas não conseguiu controlar os destinos de suas ferramentas. O Facebook tornou-se um aparelho também de divulgação de notícias e ideias políticas para além da grande mídia articulada ao grande capital, aos governos.

Os manifestantes aproveitaram a oportunidade dos olhos do mundo estarem voltados ao Brasil para desnudar suas contradições. Foi vinculado mundo afora a grande fase de mudança pela qual passava o Brasil, no entanto, o recado das ruas era: «é pouco». Se o País tornou-se a 7^a 15^a potência econômica do mundo, então as perguntas foram: «porque não erradicar o analfabetismo?» (Azevedo, 2013)¹⁵; «acabar

¹⁰ As manifestações ocorreram nos dias 6, 7 e 11 de junho. No dia 13 de junho, em vários lugares do País, ocorreram manifestações contra o aumento das passagens.

¹¹ Eleito em 2012.

¹² Foi eleito pela Aliança Dem-Psdb (Democratas e Partido da social-democracia brasileira). Em 2001 rompe com o Dem e funda o Psd, Partido social democrata.

¹³ Jogador de futebol revelado pelo Santos futebol clube, o mesmo de Pelé. Atualmente é jogador do Barcelona, da Catalunha.

¹⁴ Em um episódio ocorrido na cidade de São Luís no mês de outubro de 2013 os professores da rede municipal de ensino fizeram greve por aumentos salariais, pela valorização da carreira do magistério, ocuparam a Câmara municipal de vereadores, foram vários os conflitos com a polícia militar, vários feridos.

¹⁵ O analfabetismo voltou a crescer no Brasil em 2013, revertendo a tendência de queda nos últimos. Pela primeira vez em quinze anos, o índice de analfabetismo cresceu



com a favelização constante e crescente?»; «investir em educação?»; «saúde?»; «moradia?»; «segurança e transporte?». Este último, o gargalo do crescimento econômico, afinal, quem conduz os trabalhadores para seus lugares de trabalho todos os dias?

Os estádios onde foram realizadas as competições da copa das confederações estavam inacabados no momento do início da competição, bem como seus entornos. Os gastos públicos com tais obras ultrapassaram 10% do valor inicial previsto (*Gastos com a copa...*, 2013)¹⁶, os investimentos em transporte de massa, como metrô, firmado para infraestrutura, não foram cumpridos.

Os índices de violência eram alarmantes (Carvalho, 2013)¹⁷. Os usuários de crack multiplicaram-se (D'Alama, Céó e Formiga, 2013)¹⁸,

no Brasil. É o que mostra a Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad) realizada em 2012 e divulgada pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística (Ibge). O índice de pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever subiu de 8,6% em 2011 para 8,7%. Isso significa que no período de um ano, o País “ganhou” 300.000 analfabetos, totalizando 13,2 milhões de brasileiros. A tendência de queda, que se mantinha desde 1997, estacionou, despertando a atenção dos pesquisadores do Ibge, que agora se debruçam em busca de explicações. «Ainda estamos verificando o que levou a essa variação, já que o percentual vinha caindo há tanto tempo», diz Maria Lucia Vieira, coordenadora da pesquisa e gerente do Ibge (Azevedo, 2013).

¹⁶ «Os custos com a organização da copa do mundo aumentaram R\$ 2,2 bilhões – soma que inclui R\$ 600 milhões a mais com o custo das obras dos estádios e R\$ 1,6 bilhão que não estavam previstos com a reforma dos aeroportos. A soma total dos investimentos chega a R\$ 28,1 bilhões – valor que supera em 10% o que estava orçado. O ministro do esporte, Aldo Rebelo, disse que os gastos com estádios representam R\$ 7,5 bilhões dos R\$ 28,1 bilhões previstos nas obras da matriz de responsabilidades da copa. Mas esse número das obras nas arenas já representa um aumento de R\$ 600 milhões em relação ao que foi divulgado pelo governo, por causa de ajustes feitos no Mané Garrincha. O governo só não explicou por que houve esse estouro do orçamento» (*Gastos com a copa...*, 2013).

¹⁷ *O mapa da violência 2013. Mortes matadas por armas de fogo*, divulgado nesta quarta-feira, informa que 36.792 pessoas foram assassinadas a tiros em 2010 (Waiselfisz, sd). O número é superior aos 36.624 assassinatos anotados em 2009 e mantém o País com uma taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes, a oitava pior marca entre 100 nações com estatísticas consideradas relativamente confiáveis sobre o assunto. Entre os estados que apresentaram as mais altas taxas de homicídios estão Alagoas com 55,3, Espírito Santo com 39,4, Pará com 34,6, Bahia com 34,4 e Paraíba com 32,8. Pará, Alagoas, Bahia e a Paraíba estão entre os cinco Estados também que mais sofreram com o aumento da violência na década. No Pará, o número de assassinatos aumentou 307,2%, Alagoas 215%, Bahia 195% e Paraíba 184,2%. Neste grupo está ainda o Maranhão com a disparada da matança em 282,2% entre o ano 2000 e 2010. (Carvalho, 2013).



os casos de dengue, idem. O pastor evangélico, Marcus Feliciano¹⁹, congressista, assumiu a presidência da Comissão dos direitos humanos e minorias (Cdhm), assumidamente homofóbico, casos de corrupção passiva e ativa não aumentaram e velhos políticos, acusados de corrupção, assumiram respectivamente a presidência do senado, como José Sarney e Renan Calheiros, ambos ligados ao Pmdb.

A inflação voltara²⁰, ainda que timidamente, os sinais de crescimento econômico estagnaram, os investimentos públicos em infraestrutura

¹⁸ Um levantamento feito pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Ministério da saúde em parceria com a Secretaria nacional de políticas sobre drogas (Senad), do Ministério da justiça, revela que cerca de 370 mil brasileiros de todas as idades usaram regularmente crack e similares (pasta base, merla e óxi) nas capitais ao longo de pelo menos seis meses em 2012. Por “uso regular”, foi considerado um consumo de pelo menos 25 dias nos seis meses anteriores ao estudo, de acordo com definição da Organização panamericana de saúde (Opas). Esse número de 370 mil pessoas corresponde a 0,8% da população das capitais do País e a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nessas cidades. Além disso, 14% do total são crianças e adolescentes, o que equivale a mais de 50 mil usuários. O estudo foi realizado com 25 mil pessoas de forma domiciliar e indireta, ou seja, cada indivíduo respondeu a questões sobre suas redes sociais (familiares, amigos e colegas de trabalho residentes no mesmo município) de forma geral e também especificamente sobre o uso de crack e outras drogas. O resultado, portanto, é uma estimativa do que ocorre nas 26 capitais e no Distrito federal. Em outra pesquisa da Fiocruz, por exemplo, feita de forma direta com 7 mil entrevistados em 112 municípios (incluindo capitais e regiões metropolitanas) entre o fim de 2011 e junho de 2013, o total não passou de 48 mil usuários de crack e similares (D’Alama, Céu e Formiga, 2013).

¹⁹ Eleito pelo Psc (Partido social cristão). Foi eleito em 2012 com 212 mil votos.

²⁰ Igp-10 avança em outubro e registra inflação de 1,11% (Abdala, 2013). Inflação anualizada desceu para 1,1% na zona do euro (*Inflação anualizada...*, 2013). Inflação na zona do euro recua para mínima em 3,5 anos (*Inflação na zona...*, 2013). «O nosso objetivo é trazer a inflação... para baixo, em direção à nossa meta de inflação», afirmou Tombini em rápida entrevista a jornalistas em Washington, onde participa do encontro do Fundo monetário internacional (Fmi) e do G20. O presidente do Bc voltou a dizer que o objetivo é consolidar o processo de inflação menor. «Estamos empenhados em trazer a inflação para baixo e que esse processo se consolide», acrescentou ele. Nesta semana, em reunião do Comitê de política monetária (Copom), o Bc voltou a elevar o juro básico em 0,5 ponto percentual, a 9,5 por cento ao ano, quarto movimento seguido com a mesma intensidade, indicando que deverá repeti-lo em novembro, o que faria a taxa Selic voltar a dois dígitos. Questionado se o mercado estava correto em acreditar em mais uma elevação da Selic em 0,5 ponto percentual, Tombini respondeu: «Na próxima quinta-feira, o Bc divulgará a ata do Copom e lá teremos mais elementos para fazer esse julgamento». «As políticas macro têm operado bem, permitindo que o Brasil opere bem nesse momento que é de transição da economia mundial», acrescentou. Tombini disse ainda que o mercado câmbio é a primeira linha de defesa de movimentos na cena externa e voltou a afirmar que o Bc



diminuíram, o fôlego da grande euforia brasileira começava a verter água. Os aumentos de passagens urbanas foram um sintoma.

O que começou contra o aumento das passagens amplificou-se contra a precarização da saúde, habitação, contra a corrupção, oligarquias e toda sorte de descontentamento. Os contínuos conflitos entre policiais militares e manifestantes tornaram-se um capítulo constante de derramamento de sangue.

A medida que a escolarização aumentou²¹, a universalização do saber e conhecimento, o acesso a equipamentos e utensílios eletrônicos aumentou

atuará, caso seja necessário, para evitar volatilidade excessiva. «O câmbio é a primeira linha de defesa quando há informações positivas ou adversas do cenário internacional. Mas o Bc sempre atuará para que, uma vez que tenham ajustes na taxa de cambio, não ocorra volatilidade excessiva e (o mercado) funcione de maneira adequada», afirmou ele. O Bc tem em curso um programa de atuação diária no mercado cambial, por meio de leilões de swap tradicional (equivalente a uma venda de dólares no mercado futuro) e venda de dólares com compromisso de recompra, com potencial de 60 bilhões de dólares até o fim do ano. Nas últimas semanas, o dólar tem rondado a casa de 2,20 reais. «O real recuperou um pouco o terreno... a volatilidade tem diminuído», afirmou Tombini (Yazbek, 2012).

²¹ Aumenta o número de alunos de 6 a 14 anos matriculados em escolas em todas as regiões do País, mas a taxa de analfabetismo se mantém estável, em 9,2%. o problema está concentrado na população mais velha: 12,4% de brasileiros acima de 25 anos não sabem ler. Os dados são da Pnad 2008. Veja a entrevista com o ministro da educação, Fernando Haddad. O Pnad 2008 constatou que a taxa de escolarização cresceu de 97% em 2007 para 97,5% em 2008 entre alunos de 6 a 14 anos, e de 82,1% para 84,1% na faixa de 15 a 17, repetindo uma tendência de avanço da escolaridade entre os mais jovens. No entanto a pesquisa apresenta um cenário contraditório, em números absolutos, caiu a quantidade de estudantes na faixa mais jovem, de 30,2 milhões para 29,7 milhões. A amostra estimou também o indicador aproximado de analfabetismo funcional no Brasil, uma taxa elevada, de 21% das pessoas acima de 15 anos. Em 2007, essa taxa foi de 21,8%. Analfabetismo cultural, pelos critérios da Unesco, é a definição usada para as pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever, não são capazes de entender e reproduzir o que leram. pela pnad, são considerados analfabetos funcionais indivíduos acima de 15 anos com menos de quatro anos de estudo. O Ibge aponta ainda que o aumento na proporção de matriculados com queda no número absoluto pode ser explicado pelo envelhecimento da população. Apesar do crescimento proporcional, no ano passado, 762 mil jovens dessa faixa não estavam na escola. No ano anterior, eram 930 mil. No grupo etário seguinte houve crescimento até nominal: de 8,358 milhões de jovens para 8,655 milhões, na idade do ensino médio. Também aumentou a taxa de escolarização das crianças de 4 e 5 anos, de 70,1% em 2007 para 72,8% em 2008. Em números absolutos mais 73 mil crianças dessa faixa entraram na escola no período, indo de 4,124 milhões para 4,197 milhões



também o grau de conscientização e mobilização, logo, a contestação com os gastos da copa do mundo tornaram-se prementes, sendo a mais cara da história²².

de estudantes. Nas demais faixas etárias, houve queda, segundo os dados de <https://www.scribd.com/document/19946687/pnad2008>.

²² A copa do mundo de 2014 no Brasil será a mais cara da história, com gastos da ordem de 40 bilhões de dólares (cerca de R\$ 62 bilhões), segundo levantamento da Consultoria legislativa do Senado. Os números foram considerados sem “nenhum fundamento” pelo ministro do esporte, Orlando Silva, nesta quarta-feira. «O nosso País, dono de vários recordes no futebol mundial, já tem mais um: o da copa mais cara de todos os tempos», afirmou o consultor legislativo do Senado para as áreas de turismo e esporte, Alexandre Guimarães. Nesta conta estão incluídos 33 bilhões de reais anunciados pela presidente Dilma Rousseff para obras de infra-estrutura da copa – incluindo segurança e saúde –, 7 bilhões de reais que devem ser gastos em estádios pelo setor público e os 20 bilhões de reais que o Bndes (Banco nacional de desenvolvimento) disponibilizará para financiamento do trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo. Somados, esses valores chegariam a 38 bilhões de dólares pela cotação do dólar na tarde desta quarta. O trem-bala, no entanto, não ficará pronto para a copa do mundo de 2014 e sua operação durante a olimpíada de 2016 no Rio não é uma exigência colocada em edital para a empresa que vencer a licitação. Mesmo assim, os valores a serem gastos pelo Brasil ainda ficariam bastante acima dos 8 bilhões de dólares que, segundo Guimarães, a África do Sul desembolsou para realizar o evento, até hoje o mais caro da história, entre estádios e obras de infra-estrutura. «Mesmo o número específico para a copa [excluindo gastos com infraestrutura], vai passar fácil a África do Sul, que foi a mais cara até agora», disse o consultor, por telefone. O ministro Orlando Silva contestou o levantamento da Consultoria legislativa do Senado e afirmou que o número de 40 bilhões de dólares apontado por Guimarães é «cabalístico» e sem «nenhum fundamento». «A copa do mundo é um estímulo, é um catalisador, um mecanismo que faz com que o País antecipe investimentos que, mais cedo ou mais tarde, teria que fazer para melhorar as suas cidades», disse Silva durante o programa *Bom dia, ministro* da Nbr. Para ele, «não é justo colocar na conta da copa» esses investimentos em áreas que não terão ligação direta com o evento. «O que tem que se colocar na conta da copa são os investimentos em estádios, os investimentos em questões operacionais para a realização do mundial», defendeu. Para Guimarães, da Consultoria legislativa do Senado, no entanto, foi o governo que colocou todos os investimentos na mesma rubrica da copa do mundo. A consultoria é encarregada de produzir estudos e notas técnicas de esclarecimento sobre questões de relevância para o Congresso. Para ele, um exemplo disso é a aprovação na Câmara dos deputados do regime diferenciado de contratações (Rdc) para obras do mundial e dos jogos olímpicos de 2016 (Simões, 2011).



2. Os casos de “depredação” e “vandalismo” durante as manifestações

Proudhon (2010) afirmou que toda propriedade é um roubo. Nesse aspecto, a ideia de usurpação do Estado do que é público tornou-se um roubo à medida que os ocupantes da estrutura burocrática lançam mão do governo para se apropriarem do que é comum a todos, ou seja, o patrimônio público. Nesse caso, a depredação, ocupação, invasão de propriedade pública tornaram-se legítimas no caso das jornadas de junho e julho no Brasil? Afinal, como bem disse Rousseau (2003), quando os governantes usurpam a estrutura de poder em benefício próprio, a sociedade tem o direito de quebrar o pacto social, deslegitimando-os de seus cargos.

Afora a condição de usurpação do poder por parte dos governantes, o que de fato acontece no Brasil, os casos de “vandalismo”, “depredação de patrimônio público”, congêneres, tornaram-se supostamente legítimos? Visto que todos os governantes foram eleitos democraticamente, logo, não chegaram à condição de governantes de forma ilegítima e nem ilegal?

Pela via democrática os representantes foram eleitos para ocuparem temporariamente os cargos e cuidarem do que é público, logo, o patrimônio não lhes pertence, e sim à população, portanto, tudo que passa pela condição supostamente legítima da vontade e soberania da sociedade, *res publica*, incluindo o patrimônio, qualquer que seja, físico, cultural, espiritual, simbólico.

Assim sendo, um grande debate nacional foi aberto em relação aos casos de depredação do patrimônio público, os limites dessa ação e sua validade jurídica e democrática. Questões do tipo: é necessário destituir quem usurpa o cargo, não destruir a representação simbólica da expressão da vontade popular eleita pela via democrática burguesa? É para destruir inclusive a representação simbólica expressa no patrimônio público?

Então seria necessário destruir tudo o que representa simbolicamente a nação, não apenas o patrimônio público material.

O poder no Brasil é legal, muitas vezes não é legítimo, vide quando os representantes não governam para o bem comum. Portanto, uma vez eleitos para seus cargos e quando, pela própria via democrática, não se estabelece as condições de controle, uso e exercício da estrutura de poder, deslegitimar um governo, governante pela via revolucionária, só faz sentido se for revolucionária, caso contrário, precisa ser pela via democrática.



Sendo assim, há alguns questionamentos. O que se quis ou se desenhou no Brasil foi esboço de revolução ou de uma reforma política? Se foi um prenúncio de uma revolução, não se configurou a destituição da constituição, do parlamento, desapropriação da propriedade privada. Se foi uma tentativa de reforma política, então, não logrou êxito.

O movimento Passe livre²³ retirou-se das manifestações, a Rede globo de televisão apoiou o movimento e focou nos “vândalos” – uma forma de deslegitimar o que estava sendo reivindicado. As “depredações” e “vandalismo” tomaram e desnortearam as pautas de reivindicações, não havia liderança, falou-se na proibição da participação de partidos políticos, surgiram questionamentos sobre o que reivindicar se 11 capitais reduziram as passagens, pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, clamor pela volta dos militares, ascensão de grupos fascistas dentro das passeatas, segmentos da oposição ao governo petista sendo pagos para bradar palavras de ordem pelo nacionalismo ufanista e exaltado, divisão entre os manifestantes contra e favor dos rumos do movimento e a ascensão de um grupo mascarado, os *Black blocs*, que nos confrontos com as polícias militares estaduais assumiram uma atitude considerada ultraviolenta: depredação do patrimônio público, confronto físico com as forças policiais, por vezes, usando bombas confeccionadas artesanalmente.

O que se desenhou durante as manifestações? A ideia de que não passou de “modismo”, de que não havia clareza quanto aos objetivos, do que se queria. A ocupação ou depredação de um patrimônio é um signo, o símbolo que tal objeto representa, logo, ao atacar tais estâncias mirou-se no seu significado social e político, ou seja, o que ele traz consigo. Diante disso, foi aventado: o que estava em discussão era a democracia ou os meandros do jogo democrático no Brasil? Se foi a democracia, enquanto condição e situação representativa dos desejos dos brasileiros, vontades, aliterações, é necessário rever toda a estrutura que molda tal situação do País, quer dizer, rever, ressignificar todas as instituições.

²³ Movimento de estudantes que desde 2000 luta pela melhoria da mobilidade urbana, redução das passagens. Foi quem assumiu a autoria da primeira convocatória contra o aumento de passagens em São Paulo.



O que se anunciou foi a denúncia da barbárie democrática? Do quanto de falacioso ela é? O quanto ilegítimo é a sua condição, ainda que aceita legalmente pela ampla maioria da sociedade brasileira? É bem certo que já algum tempo a falência do Estado, a forma representativa eleitoral apontou seus sinais de esgotamento, do quanto de desumano existe na condição política montada por uma ideia de Estado autorizado e legal.

O que se viu foram reivindicações compósitas: de um lado um grupo bradando contra o aumento das passagens, pelo passe livre, melhoria da condição de transporte público, pela saúde, educação, etc.; de outro, um pequeno grupo destruindo o símbolo da representação democrática. O que o primeiro grupo quis foram as reformas políticas dentro do jogo do capital e da democracia, logo, não a revolução, e sim, transformação. O segundo grupo, o fim do capital e da forma de representação democrática

Levantaram vozes de pessoas formadas pela opinião pública operada pela grande mídia que começaram a questionar os reais objetivos das manifestações. O conservadorismo da opinião pública soou como clamor exigindo ações mais enérgicas da presidente da República, questionamentos sobre porque não realizar grandes eventos esportivos, quem está por detrás de tudo isso.

3. A poesia e sua ação contra o Estado de exceção

A poesia contemporânea ocupa uma posição crucial a serviço da vida, ainda que tal noção gire em torno de significados atribuídos. Como já frisado, não existe significado sem experiência e a experiência da ficção a serviço da contribuição de um mundo melhor não é mera idealização, é uma necessidade. Acusações contra a variegada forma de ser, fazer poesia contemporaneamente, inclusive de que se transformou em quase tudo: “grafitagem”, “colagem”, “edição cinemática”, “instalações”, “bricolagens”, “questões políticas pós-coloniais”, etc., em nada encerram o sentido poético de poetizar, de colocar a poesia a serviço de uma causa, a saber, revolucionária, como bem frisou Guy Debord: «não se trata de colocar a poesia a serviço da revolução, mas sim de colocar a revolução a serviço da poesia (Debord *apud* Aquino,



2008: 1)»²⁴. Exatamente! Eis aí uma das questões centrais na contemporaneidade literária: quando tudo caminha para a desilusão, para o ceticismo, para o fim, inclusive de qualquer significado:

A poesia é cada vez mais claramente, enquanto lugar vazio, a antimatéria da sociedade de consumo, porque ela não é uma matéria consumível (segundo os critérios modernos do objeto consumível: equivalente para uma massa passiva de consumidores isolados). A poesia não é nada quando ela é citada, ela pode somente ser desviada (détournée), recolocada em jogo (Debord *apud* Aquino, 2008: 1).

Colocar a poesia a serviço da revolução significa retomar os fios de Ariadne, no labirinto que, ainda que seja o mesmo, já não é, passa a ser o labirinto de Kafka, aberto, ainda com o Minotauro, mas não no centro, e sim em todo lugar constituindo novos labirintos e em todos eles a busca de sentidos, abrindo quimeras, ruelas e vielas, sendas.

Uma dessas buscas e como demonstração de revolução, inclusive social, temos a diversidade de publicação no Facebook, o que se enquadraria naquilo que Josefina Ludmer cognominou enquanto imaginação pública. Com a imensa capacidade de replicação de informações, de repetição de ideias, colagens, simultaneidades, constitui um espaço aberto a novos e inusitados escritores, formas difusas de criação, capacidade de reprodução de informações sem autoria declarada, tornando lugar comum, o que de fato se coaduna com a ideia de imaginação pública, ou seja, não há Autor, há Autores, a bem da verdade, “a morte de Autores”, pois as ideias estão em todas as gentes ao mesmo tempo, quase que simultaneamente, quer dizer, quando alguém pensa em algo, todos automaticamente pelo inconsciente tomam parte nesses pensamentos, além da capacidade iconoclasta de todos se sentirem um pouco poetas pela difusão de uma publicação mais livre, sem as amarras de uma revisão academicista ou autorizada, como por exemplo o poema *Kafka I*, de autoria do poeta Roberto Correa dos Santos, publicado em homenagem a outros dois

²⁴ Este texto, publicado na revista *Internacional Situacionista* (n.8) sem assinatura, sua autoria se deve, muito possivelmente, a Guy Debord, que, enquanto diretor da revista, a redigia em sua maior parte. (Esta tradução foi feita com base na edição *Internationale situationniste 1958-1969, Texte intégrale*, 12 numéros de la revue, Edition augmentée, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1997), tradução Emiliano Aquino (agradeço a revisão e sugestões de Sybil Safdie Douek), segundo João Emiliano Fortaleza de Aqui em seu blog *Poesis, trabalho e cultura*.



poetas, Alberto Pucheu e André Monteiro, embora sendo os três consagrados na academia e na crítica literária brasileira, por vezes, utilizam desse espaço para dar vazão aos seus pensamentos, lutar revolucionariamente pelo uso da poesia por um País não fascista, não autoritário e libertário, acreditando os três no caráter discricionário deste instrumento contemporâneo, notadamente contemporâneo de divulgação e propagação de manifestos.

Kafka 1

[para Alberto Pucheu] e [André Monteiro]

Impede a si Ulisses qualquer som; julga, pois, tornar inócuas as sereias, que de súbito silenciaram: era o silêncio a arma, a mais exata arma, em cantos embutida; e se não dominaram as sereias as orelhas de Ulisses certas estiveram de o terem feito com os olhos, com os olhos perplexos e em êxtase de Ulisses (Correa dos Santos, 2015).

Ulisses se auto impõe o impedimento de qualquer som, qualquer um que na propalada grafofagia das cenas cotidianas não soa nada, é, pois, o silêncio, este sim a grande arma, não por não ter nada a dizer, mas como desdido do que as sereias cantam; alaridos, vozes, barulhos altíssimos que ressoam como uma orquestra desafinada, não como contravenção à música conceitual, estilizada, mas a palavra que salta sem dizer coisa alguma, logo no chão, caído, já que coisa é caído, não cai porque não sobe, não flutua, não desperta, a tal ponto de precisaram dominar os olhos, posto que os ouvidos do herói, no caso, os heróis, o Ulisses sendo dois, Alberto Pucheu e André Monteiro, propositadamente correlacionando também com aquele a quem emprestou o título ao poema, Kafka, logo ele, escritor solitário, incompreendido por saber que suas palavras, embora pronunciadas, muitas vezes silenciadas, fez-se de surdo para não cair no lugar comum. Então, tanto o herói do passado, Ulisses, quanto o anti-herói contemporâneo, Kafka, tomam lugar dos poetas Alberto Pucheu e André Monteiro, igualmente iconoclastas, revolucionários, solitários aos seus modos, às vezes em êxtase, assim como Ulisses quando seus olhos, os dos dois poetas, ficam perplexos diante da necessidade do silêncio em meio a um mundo cheio de ruído, de cantos das sereias, desumanizado, cheio de palavras distorcidas, usadas para ferir, maltratar, sangrar, perpetuar. Por outro lado, qual é o lugar do(s)



herói(s)? Os heróis são aqueles que se entregam primeiro, são os que, conforme Jung, assumem os arquétipos coletivos em prol de uma causa, são os que se fazem necessário quando tudo parece desnecessário, irrelevante, quando a esperança se esvai, quando o absurdo se banaliza, se naturaliza, deixando assim de ser eventual para ser corriqueiro. Os heróis são os que calam quando todos atônitos e desesperados gritam; os que não se deixam seduzir por qualquer encanto; os que desconfiam da facilidade da entrega do adversário; os que desconfiam das artimanhas das sereias, que, levando para as profundas das águas, eliminam os que poderiam pelos olhos saber de suas intenções, já que seus ouvidos estão rotos, fechados, autoimune aos cantos embutidos.

A literatura nesse poema de Roberto Correa dos Santos assume uma função mediadora entre a consciência, única, e a mente, dual, no caso, a mente no singular assumindo uma posição de representação de todas as mentes humanas, sempre duais em si mesmas. Ulisses como herói seria o que de mais próximo aproximar-se-ia de uma consciência ulterior, superior às mentes dos homens e das mulheres, turvadas pela ilusão do que veem, ouvem, percebem, tomando aprioristicamente o todo pela parte, deixando-se levar pelos cantos repletos de falsas promessas e que mergulhadas, metaforicamente usada como o fundo do mar das sereias, mergulharia num profundo abismo. Textos publicados no Facebook constituem por vezes cantos da sereia? Sim, mas isso não elimina o próprio meio enquanto capacidade de, por esse mesmo meio, utilizar-se exatamente das palavras para combater outras palavras. Trata-se de uma mera questão heurística, de disputa de jogos linguísticos? Não necessariamente. Pode quem sabe mais, mas pode também quem convence mais e acredita na força da experiência do vivido utilizando da linguagem como forma de transmissibilidade de valores. Por isso, Roberto Correa dos Santos faz uso de Ulisses, nem deus, nem homem comum, um médium, quer dizer, um meio a serviço da consciência, da ligação entre aquilo que vê o que outros não enxergam, exatamente como a literatura faz; liga, imana, estabelece um interregno entre o poético e não o não poético, entre a vida “real”, tomada como sentença e a vida sensível, escondida na ficção. A mente é dual porque acredita no que escuta, às vezes, sem o crivo da desconfiança dos olhos, acredita no que vê, às vezes, sem a distância dos ouvidos, além de, por não conhecer a verdade, portanto, a consciência, só pode tomar como inferência aquilo que sabe, quer dizer, aprendeu, compilou, processou.



Quando se depara com uma informação a mente encontra-se num labirinto de possibilidades tendo à sua frente miríades, caminhos a serem escolhidos dependendo dos graus de formações, interesses, crenças. Entra em conflito pela necessidade de saber qual o caminho a percorrer, ainda que saiba que uma das formas de saber é experimentando. Então, dualiza-se entre aquilo que intui e os sentidos sorvem. Os sentidos ocupam um papel importante no ato de saber, intuir, por isso, Roberto Correa dos Santos e, mais precisamente, as sereias precisavam, se não pelas orelhas, então pelos olhos, deixarem o herói perplexo, seduzido.

Um dos heróis perplexos de Roberto Correa, a quem ele dedica o poema *Kafka I*, Alberto Pucheu, através, novamente, do Facebook em um poema intitulado *A testemunha*²⁵, atesta, frente a frente, testa a testa, e protesta uma constrangedora cena, utilizando o meio como forma de denúncia da perseguição a um de seus alunos acusados exatamente de ter usado o Facebook e depois liderado passeatas durante as manifestações das jornadas de junho e julho de 2013. O Facebook desta feita como forma de sensibilização e mobilização diante do processo criminalizador e o avanço retrógrado que o País passa, altercando aquilo que Guy Debord (*apud* Aquino, 2008) atestou sobre a revolução a serviço da poesia.

Seu aluno Pedro Guilherme de Freire, respondendo processo sob a lei *Antiterrorismo*²⁶, impetrado pelo governo Dilma Rousseff, pelas ocasiões das manifestações de junho de 2013, foi levado a juízo para depor sobre sua participação nas manifestações.

23 estudantes da Ufrj, inclusive Pedro Guilherme, foram arrastados pela polícia durante as manifestações, conseguindo alguns evadirem-se do local. O processo, ainda em curso, foi levado a audiência em 20 de janeiro de 2015 sendo Alberto Pucheu Neto uma das testemunhas de defesa de

²⁵ *A testemunha*, 26 de janeiro de 2015, <https://www.facebook.com/alberto.pucheu/posts/10203595991759661?pnref=story>.

²⁶ Embora tenha sido sancionada sob forma de lei, *lei n.13.260, de 16 de março de 2016*, a nova regulamentação apenas altera o que estava disposto no inciso XLIII do art.5º da Constituição federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; alterando a *lei n.7.960 de 21 de dezembro de 1989*, e a *lei n.12.850 de 2 de agosto de 2013*.



Pedro Guilherme. O poema narra o depoimento²⁷ do professor em defesa do acusado no fórum do Estado do Rio de Janeiro prestando esclarecimentos sobre a conduta, o comportamento de seu aluno no curso de Letras da Ufrj.

A testemunha

Quando me sentaram na cadeira
com a pequena mesa sobre a qual se erguia um microfone,
imediatamente em frente ao meu olhar,
para que eu não tivesse como não o ver
(apesar de ele não ter cruzado seus olhos com os meus
por nenhum segundo),
mais alto, entretanto, do que o lugar em que eu me encontrava,
de maneira que, para olhar para ele,
eu tinha de erguer os olhos,
como se ergue os olhos em uma igreja
para ver o púlpito,
ainda que ele não rebaixasse seu olhar
para olhar o meu,
ele com beca ao centro da mesa imponente,
à sua direita, a promotora e, de seu outro lado,
o escrevente manuseando por vezes um computador,
eu, também ao centro, mas abaixo dele,
abaixo deles, de frente para ele, cara a cara com ele
e, com leve movimento lateral que eu fazia da cabeça,
com ela, a promotora, e, pelo outro lado,
com o escrevente, que não me chamava tanta atenção,
vi que, ao centro, acima dele,
no ângulo reto que a parede
fazia com o teto, uma câmera me filmava
e que, abaixo dela, também ao centro,
em uma altura intermediária entre ela
e a cabeça dele, uma televisão mostrava
o que a câmera filmava, eu, no primeiro plano, ao centro,
atrás de mim a sala grande, cheia, os réus,
seus familiares, seus amigos, seus advogados
e outros curiosos que ali se encontravam,
a televisão mostrava todos nós,

²⁷ Entrevista concedida por Alberto Pucheu Neto a José Henrique de Paula Borralho, no dia 22 de março de 2017, na cidade de São Luís do Maranhão.



mas não o mostrava, como se também dele
não se pudesse haver imagem, como se a imagem
dele fosse interdita, ele, o sem imagem
dentro do que a câmera filmava
e a televisão mostrava, eu tenso,
sem saber do tempo que passava,
escuto a voz dele soando pela primeira vez
pelas caixas de som, adentrando o meu ouvido,
como se fosse uma voz soando sem sentido,
ou melhor, como se, do sentido do que ele dizia,
eu guardasse apenas a palavra “juramento”,
achando que eu deveria então jurar
que diria a verdade, apenas a verdade,
nada mais do que a verdade, foi quando
eu disse “sim”, mas, então,
com certo constrangimento, dei-me conta,
pelo burburinho, de que não era para ter dito “sim”
nem “juro” (que evitei dizer por não acreditar em Deus,
ao menos, no que se entende por Deus
de modo geral e nessas horas de juramento),
e, ao me dar conta do impasse em que caíra
achando que eu teria de jurar, achei-me ingênuo
– como se ele, logo ele, acima de mim,
tivesse de ter, de mim, a confirmação
de meu juramento, claro que não,
claro que ele não estava me perguntando nada,
ao contrário, estava apenas me avisando
de que eu, querendo ou não, dizendo “sim”
ou não, dizendo “juro” ou não,
já estava sob juramento, diante dele
ao centro, acima de mim, diante da câmera
ao centro, acima de mim, diante da televisão
ao centro, acima de mim – diante de meu impasse,
sem saber o que fazer para me livrar dele,
escuto uma outra voz falando pelo microfone,
de modo que girei meu tronco e minha cabeça
para a lateral direita, em uma linha oblíqua a mim,
olhando nos olhos de quem descobri então ser
o advogado de defesa que também me olhava
e me perguntava, fazendo-me falar
ao microfone à minha frente, meio torto,
olhando para ele, respondendo como podia



às suas perguntas, de maneira que,
a partir de então, não olhei mais para aquele
que, diante de mim, ao centro, acima de mim,
não me olhara por nenhum segundo.

O que fazer diante dos aparelhos repressivos do Estado? Quais mecanismos de protesto e uso, dessa vez de vozes e alaridos, de cantos, gritos, para que os outros ouçam, vejam o que somente a testemunha, vigiada pela televisão, as testemunhas, a família do réu, o réu, o advogado e a promotora presenciaram?

Um dos heróis de Roberto Correa dos Santos, desta vez, encontra-se em outra posição, não precisando do silêncio, ao contrário, dele querendo se livrar porque nesta situação o silêncio é a arma do opressor. Quanto menos pessoas souberem do que se passa no processo – Pucheu, assim como Kafka, irá posteriormente poetizar sobre um processo, transformando uma linguagem administrativa, jurídica, burocrática em poesia –, a serviço da continuidade da revolução. É a poesia como arma, a mesma que Roberto Correa utilizou para falar do silêncio de Ulisses. Um dos seus Ulisses encontra-se na condição de testemunha entre a coação, a solidariedade ao aluno, a indignação, a revolta, o constrangimento e a vontade de usar o canto da Sereia, o mesmo que foi utilizado como justificativa para prender manifestantes em passeatas sob o pretexto de segurança à ordem pública, para denotar o quanto de ridículo é tal sonoridade. Usar do mesmo estratagema, o ruído, o barulho já ressignificado sob a forma poética, da liberdade que a linguagem escriturária não se permite, tanto que o escrevente à sua frente fazia uso da palavra de forma atonal, ríspida como a própria cena. Palavras cuidadosamente grafadas e gravadas pelo vídeo para servir de prova, documento, do latim *documentare*, testemunho, comprovação podendo ser usada contra ele.

Na passagem da medievalidade para a modernidade, com o advento da imprensa de Gutemberg, com a necessidade de popularização da Bíblia para a expansão do protestantismo de Martinho Lutero, com o processo de aburguesamento europeu e com a criação dos Estados nacionais, cujo princípio se baseou, dentre outros; na racionalização daquilo que Michel Foucault (1987) cognominou enquanto o surgimento da economia política; na burocratização do Estado moderno; no princípio da laicização do Estado; na passagem da transcendência para a imanência; no desencantamento do mundo; na



nova reengenharia social – qual Maquiavel (2007) foi signatário, profético, demonstrando como o Estado moderno deitava sua lógica na separação entre religião e Estado –, na política como nova esfera humana, cujas sociabilidades transmutavam para a confecção de uma estância exclusivista dos jogos da política, enquanto artefato, a escrita passou a ocupar um papel primordial porque deslocou o caráter da confiança na palavra oral, eã das relações entre as pessoas, pois começou a irmanar os princípios de confiança, segurança e flexibilidade naquilo que Norbert Elias (1993) denominou de lento processo de domesticação da violência, da passagem da violência privada para as mãos do Estado, culminando na “racionalização da vida moderna”, no processo civilizador.

O surgimento da imprensa colocou a palavra oral, as tradições, deslindando-os para o mesmo plano da ascese divina, da suspensão, da alegoria da crença em uma humanidade cada vez mais distante, naquilo que Hannah Arendt (2002) classificou como “desencantamento do mundo”, do fim da magia em nome da logicidade do aparato burocrático dos Estados modernos em ascensão. Sem a escrita não haveria o direito moderno, a política moderna, a economia moderna porque o imaginário passou a não crer mais na palavra oral, aquela que no passado estabelecia os princípios de autoridade e direitos coesitudinários, regia a propriedade, os limites territoriais, de honra, costumes. Aliás, como bem frisou Raymond Williams, «nas sociedades industriais modernas, a escrita foi naturalizada» (Williams, 2014: 1). A palavra escrita ganhara a importância de documento jurídico, de comprovação, como dito, do latim *documentare*, comprovação, logo, atEstado de certeza pela crença nos novos aparatos que, aos poucos, modificaram o estatuto da percepção humana, de tal monta que o tribunal do Santo Ofício utilizou o dispositivo do documento, comprovação, para condenar os acusados de heresia, ou seja, a confissão dos acusados perdia o seu grau de importância ante a ascensão dos documentos escritos.

Essa mesma escrita burocrática, jurídica, é apontada no processo de acusação contra o aluno de Alberto Pucheu, e contra essa escrita é que o poema *A testemunha* é utilizado; palavra contra palavra, texto contra texto, um para averiguar, atestar, aferir, outro para defender, testemunhar a favor de, em função de, como forma de gritar contra o um mundo desencantado que prometeu, pelas estâncias do Estado burocrático de direito, assegurar a liberdade de expressão, mas atacou



exatamente os gritos dos manifestantes, encarcerando-os, ou seja, privando-os do direito de, nas ruas, bradar contra os desmandos exatamente do mesmo que o Estado que prometeu, desde o seu surgimento moderno, a paz, o progresso, a felicidade. Era exatamente o princípio da revolução a serviço da poesia que Pucheu estava conclamando; levar os leitores da poesia a não se calarem, a não fecharem os ouvidos, já que os manifestantes estavam encarcerados, então, pelo menos, como Ulisses, indignarem com os olhos. É ele, Pucheu, o Ulisses-kafkiano num processo a serviço daqueles que, despossuídos dos dispositivos de poder, poderiam usar de sua condição de professor universitário, figura pública, poeta, utilizar da literatura, das palavras contra as palavras-argumento de um tribunal com o poder de condenar ou absorver. A descrição minuciosa da cena, a tensão, a vigilância das câmeras, tal como o panopticismo descrito por Foucault (1987), o vigiar e punir estampado na situação relatada, tão bem poetizada pelas hierarquias sociais estabelecidas, “em cima”, por exemplo, não poderiam ser quebradas pela poeticidade da *Testemunha*, pois o sentido foi exatamente testemunhar contra o ato em si, ou seja, reverter a condição de poder simbolizada pela justiça brasileira com a força da crueza do poema. Neste sentido, o poema ganha a força do Minotauro, pois que o sentido da busca encontra seu propósito ao colocar a literatura a serviço da vida, contra a crueza, contra a antívida, o antipoema. É o poema duro, de pilha cheia, bateria carregada, munição até os dentes, força contra força, palavra contra palavra, dureza e dureza, ouvidos e ouvidos, olhos nos olhos, canto contra canto, de sereia contra Minotauro.

E assim, num dispositivo contemporâneo, o Facebook, a literatura reverbera novos sentidos, novas formas de se colocar diante do mundo, já que se tomou conhecimento do que aconteceu naquela sala, repercutindo e levando mais pessoas a se posicionarem, criando novos versos, experimentando novas formas de linguagens, possibilitando com que a imaginação pública encontre novos ecos, novos poetas, novos poetas, num processo *ad infinitum*, porque enquanto houver desejo e vontade, sentimento e expressão, linguagem e forma, arte e vida, estética e ética, consciência e mente, dual e unívoco, uno e múltiplo, prosa e poesia, sempre haverá literatura, atual e (in)atual, engajada e descomprometida, arcaica e moderna, usual e anti-usual, conceitual e livre, contemporânea e pós-contemporânea, pois o que existe hoje é preâmbulo para o que virá amanhã.



Referências bibliográficas / References

- Abdala V., *Igp-10 avança em outubro e registra inflação de 1,11%*, 16/10/2013, <http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2013/10/igp-10-avanca-em-outubro-e-registra-inflacao-de-111>.
- Agamben G. (2003), *Estado de exceção*, Boitempo, São Paulo, 2004.
- Agamben G. (2008), *O que é contemporâneo? E outros ensaios*, Argos, Chapecó, 2009.
- Aquino Fortaleza de J.E., *All the King's Men*, em Blog *Poesis, trabalho e cultura (Teoria crítica social. Crítica da cultura. Crítica ecológica. Vida cotidiana)*, em <http://emilianoaquino.blogspot.com.br/2008/01/all-kings-men.html>, acessado em 25/06/2017.
- Arendt A. (1954), *Between Past and Future, Entre o passado e o futuro*, Perspectiva, São Paulo, 2002.
- Azevedo R., *Depois de 15 anos, taxa de analfabetismo volta a crescer no Brasil*, 2013, em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/depois-de-15-anos-taxa-de-analfabetismo-volta-a-crescer-no-brasil/>, acessado em 25/06/2017.
- Bakhtin M. (1979), *Estética da criação verbal*, 6ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 2011.
- Borrvalho de Paula J.H., *A primavera brasileira*, in *Versura*, <http://versura.blogspot.com.br/2013/06/a-primavera-brasileira.html>, publicado em 18 de junho de 2013, acessado em 25 de março de 2017.
- Borrvalho de Paula J.H., *O (in)atual em literatura*, in Santos Silva J., Dos Santos S.M. Pantoja (org.), *Literatura em diálogos*, Editora da Universidade estadual do Maranhão/Eduema, São Luis 2016, pp.129-150.
- Borrvalho de Paula J.H., *O fim da separação entre literatura e história*, «Revista Contemporânea», 2(4), 2013, pp.1-23, disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/materia/revista-contemporanea/dossie-4-historia-e-literatura>, acesso em 10/05/2017.
- Borrvalho de Paula J.H., *O fim do canto órfico para a poesia: a fragmentação e a separação entre as musas*, in Borrvalho de Paula J.H. (org.), *Literatura, filosofia, história e outras linguagens*, Uema/Café e Lápis, São Luis, 2016, pp.17-52.



- Borrvalho de Paula J.H., *Onde Clio e Caliope se fundem: a metáfora da farinha d'água*, in Pucheu A., Trocoli F., Branco S. (org.), *Teoria literária e suas fronteiras*, Azougue, Rio de Janeiro, 2014, pp.25-40.
- Borrvalho de Paula J.H., *Versura. Ensaaios*, Uema/Café e Lápis, São Luís, 2017.
- Carvalho J., *Mapa da violência 2013. Brasil mantém taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes*, «O Globo», 6/3/2013, <https://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2013-brasil-mantem-taxa-de-204-homicidios-por-100-mil-habitantes-7755783#ixzz4fxQ0oZXT>, acessado em 25 de março de 2017.
- Compagnon A., *O demônio da teoria*, Universidade federal de Minas Gerais/Ufmg, Belo Horizonte, 2006.
- Correa dos Santos R., *Kafka I*, Publicado em 05 de junho de 2015, <https://www.facebook.com/robertocorreadosantosingotti/posts/1607615476122819?pnref=story>, acessado em 25 de março de 2017.
- Debord G. (1967), *A sociedade do espetáculo*, Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
- Eagleton T. (1983), *Teoria da literatura. Uma introdução*, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- Eco U. (1990), *Os limites da interpretação*, Perspectiva, São Paulo, 2000.
- Elias N. (*Die höfische Gesellschaft. Untersuchungen zur soziologie des Königtums und der höfischen Aristokratie*, 1969), *O processo civilizador*, Jorge Zahar Editor, vol.II, Rio de Janeiro, 1993.
- Foucault M. (1972), *A ordem do discurso*, Loyola, São Paulo, 2002.
- Foucault M. (1975), *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*, trad. Lígia M. Ponde Vassalo, Vozes, Petrópolis, 1987.
- Foucault M. (1977), *A microfísica do poder*, Graal, Rio de Janeiro, 2000.
- Gastos com a copa têm novo estouro de R\$ 2,2 bilhões com estádios e aeroportos, 2013*, <http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confede-racoes-2013/gastos-com-a-copa-tem-novo-estouro-de-r-22-bilhoes-com-estadios-e-aeroportos-24062013>, acessado em 25 de março de 2017.
- Giddens A. (1991), *Modernidade e identidade*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002.
- Gramsci A. (1948), *Os intelectuais e a organização da cultura*, tradução de Nelson Coutinho, Círculo do livro, São Paulo, 1985.
- Inflação anualizada desceu em setembro para 1,1% na zona do euro*, 16/10/2013, <https://br.investing.com/news/mercado-de-a%C3%A7>



- C3%B5es-e-financeiro/infla%C3%A7%C3%A3o-anualizada-desceu-em-setembro-para-1,1-na-zona-do-euro-72042, acessado em 25 de março de 2017.
- Inflação na zona do euro recua em setembro para mínima em 3,5 anos*, «O Globo», 16/10/2013, <https://oglobo.globo.com/economia/inflacao-na-zona-do-euro-recua-em-setembro-para-minima-em-35-anos-10379943>, acessado em 25 de março de 2017.
- Instituto brasileiro de geografia e estatística/Ibge, <http://www.ibge.gov.br/home/>, acessado em 25 de março de 2017.
- «Internacional Situacionista», 8, janeiro de 1963, pp.29-33.
- Koselleck R., *Futuro passado*, Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.
- Lispector C., *Perto do coração selvagem*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.
- Ludmer J., *O corpo do delite. Um manual*, Universidade federal de Minas Gerais/Ufmg, Belo Horizonte, 2002.
- Ludmer J., *O que vem depois. Uma periodização literária*, in Pucheu A., Trocoli F., Branco S. (org.), *Teoria literária e suas fronteiras*, Azougue, Rio de Janeiro, 2014, pp.93-100.
- Ludmer J., *Temporalidades de presente*, Margens, Belo Horizonte, 2002.
- Luna D'Alama L., Céo R., Formiga I., *Brasil tem 370 mil usuários regulares de crack nas capitais, aponta Fiocruz*, «O Globo», 19/9/2013, <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/09/brasil-tem-370-mil-usuarios-regulares-de-crack-nas-capitais-aponta-fiocruz.html>, acessado em 25 de março de 2017.
- Maquiavel N., *O príncipe*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2007.
- Proudhon P.J. (1840), *A propriedade é um roubo*, LP & M Pocket, São Paulo, 2010.
- Pucheu A., *A testemunha*, 26 de janeiro de 2015, <https://www.facebook.com/alberto.pucheu/posts/10203595991759661?pnref=story>, acessado em 25/06/2017.
- Pucheu A., *Giorgio Agamben. Poesia, filosofia, crítica*, Beco do Azougue, Rio de Janeiro, 2010.
- Ricoeur P. (2000), *A memória, a história, o esquecimento*, Tradução de Alain François, Universidade de Campinas/Unicamp, Campinas, 2008.
- Rousseau J.J. (1762), *Do contrato social*, Martins Claret, São Paulo, 2003.



- Simões E., *Copa de 2014 será mais cara da história, diz consultor do Senado*, 29/6/2011, <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol, copa-de-2014-sera-mais-cara-da-historia-diz-consultor-do-senado,738530>, acessado em 25 de março de 2017.
- Todorov T. (1969), *Pour une theorie du recit. As estruturas narrativas*, Perspectiva, São Paulo, 2003.
- Todorov T. (2006), *A beleza salvará o mundo. Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto*, Difel, Rio de Janeiro, 2011.
- Todorov T. (2007), *A literatura em perigo*, Difel, Rio de Janeiro, 2009.
- Tombini: *Bc está empenhado em trazer a inflação para baixo*, «O Globo», 11/10/2016, <https://oglobo.globo.com/economia/tombini-bc-esta-empenhado-em-trazer-inflacao-para-baixo-1-10337581?versao=amp>, acessado em 25 de março de 2017.
- Waiselfisz J.J., *Mapa da violência 2013. Mortes matadas por armas de fogo*, Cebela/Flacso, Brasília, sd.
- Walther-Bense E. (1979), *Allgemeine Zeichenlehre. Teoria geral dos signos*, Perspectiva, São Paulo, 2002.
- Williams R. (1983), *A produção social da escrita*, Universidade estadual paulista (Unesp), São Paulo, 2014.
- Yazbek P., *Os bancos com mais reclamações em setembro, segundo o BC*, 15/10/2012, <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/os-bancos-com-mais-reclamacoes-em-setembro-segundo-o-bc/>, acessado em 25 de março de 2017.

Recebido:14/07/2017

Aprovado: 07/10/2017

